

Sumário

Parte I INTRODUÇÃO

Capítulo I ► DIREITO PENAL.....	33
1. Conceito de Direito Penal.....	33
1.1. Conceito formal.....	33
1.2. Conceito social.....	33
2. Denominações específicas do Direito Penal	33
2.1. Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	33
2.2. Direito Penal de culpabilidade e Direito Penal de periculosidade	34
2.3. Direito Penal do fato, Direito Penal do autor e Direito Penal do fato que considera o autor	34
2.4. Direito Penal primário (clássico) e Direito Penal secundário (extravagante ou penal administrativo)	35
2.5. Direito Penal de duas velocidades (Direito Penal nuclear e Direito Penal periférico)	35
2.6. Direito Penal de terceira velocidade.....	35
2.7. Direito Penal do inimigo	36
2.8. Direito Penal de quarta velocidade ou neopunitivismo	38
2.9. Direito Penal de emergência, Direito Penal simbólico e Direito Penal promocional.....	39
2.10. Direito Penal subterrâneo e Direito Penal paralelo.....	40
2.11. Direito Penal Internacional	40
3. Funções do Direito Penal.....	41
3.1. Função de proteção de bens jurídicos.....	41
3.2. Função de garantia de vigência da norma.....	41
3.3. Outras funções	41
4. Bem jurídico-penal e Constituição	41
4.1. Conceito e evolução do conceito de bem jurídico	41
4.2. Bem jurídico-penal constitucional.....	42
5. Garantismo penal	43
6. Ciências criminais (noção conjunta do Direito Penal)	46
6.1. Criminologia	47
6.2. Política criminal.....	47
6.3. Dogmática penal	47
7. Modelos de política criminal.....	48
7.1. Abolicionismo penal (política criminal verde).....	48
7.2. Abolicionismo moderado ou minimalismo penal.....	48
7.3. Direito Penal máximo (eficientismo penal)	48

Capítulo II ► PRINCÍPIOS PENAIS E POLÍTICO-CRIMINAIS.....	49
1. Princípio da legalidade penal	49
1.1. Previsão.....	49
1.2. Origem	49
1.3. Denominação e alcance	50
1.4. Funções.....	51
2. Princípio da fragmentariedade	55
3. Princípio da subsidiariedade	57
4. Princípio da ofensividade (<i>nullum crimen sine iniuria</i>)	59
5. Princípio da insignificância	62
5.1. Noção.....	62
5.2. Requisitos.....	66
5.2.1. Teoria da reiteração não cumulativa de condutas de gêneros distintos	67
5.3. Princípio da insignificância no STF e no STJ.....	69
5.3.1. Estatuto do Desarmamento.....	69
5.3.2. Lei de Drogas.....	70
5.3.3. Crimes contra o Patrimônio	73
5.3.4. Crimes contra a Administração Pública	75
5.3.5. Crimes diversos.....	80
6. Princípio da culpabilidade.....	82
7. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	83
8. Princípio da materialização do fato (<i>nullum crimen sine actio</i>).....	84
9. Princípio da pessoalidade ou da intranscendência da pena.....	84
10. Princípio da humanidade	85
11. Princípio da adequação social	86
12. Princípio da proporcionalidade (proibição do excesso).....	88
13. Princípio da proporcionalidade (proibição da proteção deficiente).....	89
Capítulo III ► DIREITO PENAL NA SOCIEDADE DO RISCO	97
1. Introdução.....	97
2. Expansão do Direito Penal	98
2.1. Espiritualização do bem jurídico	98
2.2. Aumento dos crimes de perigo abstrato	99
2.3. Delitos de acumulação e delitos de transgressão e a administrativização do Direito Penal	99
3. Novas formas de tutela dos bens jurídicos supraindividuais.....	100
3.1. Direito de intervenção.....	101
3.2. Direito Penal de velocidades.....	101

Parte II

LEI PENAL E SUA APLICAÇÃO

Capítulo I ► FONTES DO DIREITO PENAL	105
1. Fontes materiais (substanciais ou de produção)	105
2. Fontes formais	105
2.1. Fonte formal imediata	105
2.2. Fontes formais mediatas	105
3. Constituição como limite e fundamento do Direito Penal	106
4. Tratados internacionais de direitos humanos	106
4.1. Status normativo	106
4.2. Tratados como limite e fundamento do Direito Penal	107
4.3. Controle de convencionalidade das leis	108
4.3.1. Controle difuso de convencionalidade	108
4.3.2. Controle concentrado de convencionalidade	108
 Capítulo II ► LEI PENAL	 109
1. Introdução	109
2. Norma primária e norma secundária	109
3. Classificação da lei penal	109
3.1. Leis penais incriminadoras e não incriminadoras	109
3.2. Lei penal em branco (norma cega)	110
3.2.1. Conceito	110
3.2.2. Lei penal em branco em sentido amplo (lato), imprópria ou heterogênea	111
3.2.2.1. Lei penal em branco homovitelinea e heterovitelinea	111
3.2.3. Lei penal em branco em sentido estrito, própria ou heterogênea	112
3.2.4. Leis penais em branco de complementação estática e de complementação dinâmica	113
3.2.5. Indicação da norma complementar violada	113
3.2.6. (In)constitucionalidade das leis penais em branco em sentido estrito	114
3.2.7. Lei penal em branco permissiva	114
3.2.8. Lei penal em branco inversa ou ao avesso	114
4. Características da lei penal	115
5. Lei penal e processo de criminalização	115
5.1. Merecimento de tutela penal	116
5.2. Necessidade e adequação da tutela penal	116
6. Lei penal e mandados constitucionais de criminalização	117
6.1. Mandados constitucionais de criminalização expressos	117
6.2. Mandados constitucionais de criminalização implícitos	118
7. Lei penal e Tratados Internacionais de Direitos Humanos	119
8. Lei penal: vigência e validade	119
9. Interpretação das leis penais	119

9.1. Classificação quanto à origem ou quanto ao sujeito.....	120
9.2. Classificação quanto aos meios.....	120
9.3. Classificação quanto ao resultado.....	121
9.4. Interpretação analógica (<i>intra legem</i>)	122
10. Analogia (argumento analógico ou aplicação analógica)	123

Capítulo III ► LEI PENAL NO TEMPO 125

1. Tempo do crime (<i>tempus commissi delicti</i>).....	125
1.1. Introdução	125
1.2. Teorias.....	125
2. Vigência da lei penal	127
3. Conflito de leis penais no tempo.....	127
3.1. Introdução	127
3.2. Lei nova mais severa (<i>novatio legis in pejus – lex gravior</i>)	128
3.3. Lei nova mais benéfica (<i>novatio legis in mellius – lex mitior</i>).....	133
3.4. <i>Abolitio criminis</i>	134
3.4.1. Descriminalização	134
3.4.2. <i>Abolitio criminis</i> temporária	135
3.4.3. Princípio da continuidade normativo-típica (ou continuidade típico-normativa)	136
3.5. Lei nova incriminadora	137
3.6. Combinação de leis penais (<i>lex tertia</i>).....	139
3.7. Lei intermediária.....	140
4. Lei excepcional e lei temporária.....	141
4.1. Conceito legal.....	141
4.2. Divergência acerca da constitucionalidade.....	142
4.3. Conflito no tempo de lei penal temporária ou excepcional com lei da mesma natureza	142
4.4. Lei penal em branco e alteração da norma que complementa o tipo	142
5. Conflito aparente de leis penais.....	143
5.1. Princípio da especialidade	144
5.2. Princípio da subsidiariedade.....	145
5.3. Princípio da consunção.....	146
5.4. Princípio da alternatividade	153

Capítulo IV ► LEI PENAL NO ESPAÇO 155

1. Territorialidade.....	155
1.1. Princípio da territorialidade relativa ou mitigada	155
1.2. Conceito de território nacional	155
1.3. Questões pontuais.....	157
2. Lugar do crime (<i>locus commissi delicti</i>)	157
3. Extraterritorialidade.....	160
3.1. Extraterritorialidade incondicionada.....	160
3.2. Extraterritorialidade condicionada.....	161

3.3. Princípios norteadores da extraterritorialidade.....	164
3.4. Extraterritorialidade prevista na Lei nº 9.455/97 (Lei de Tortura)	168
4. Pena cumprida no estrangeiro.....	168
5. Lei penal em relação às pessoas.....	169
5.1. Imunidades Diplomáticas.....	169
5.2. Imunidades Parlamentares.....	170
5.3. Presidente da República.....	175
5.4. Outras inviolabilidades	176
Capítulo V ► DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	177
1. Eficácia da sentença estrangeira	177
2. Contagem de prazo	179
3. Frações não computáveis de pena.....	179
4. Aplicação das normas gerais do Código Penal.....	180

Parte III

TEORIA GERAL DO CRIME

Capítulo I ► INTRODUÇÃO.....	183
1. Conceito de crime.....	183
2. Classificação doutrinária dos crimes	184
2.1. Crime simples, crime qualificado e crime privilegiado.....	184
2.2. Crime comum, crime próprio e crime de mão própria	185
2.3. Crime militar.....	185
2.4. Crime instantâneo, crime permanente e crime instantâneo de efeitos permanentes	185
2.5. Crime habitual.....	186
2.6. Crime comissivo, crime omissivo e crime de conduta mista.....	186
2.7. Crime monossubjetivo e crime plurissubjetivo	187
2.8. Crime unissubsistente e crime plurissubsistente	188
2.9. Crime consumado, crime tentado e crime exaurido	188
2.10. Crime de ação única e crime de ação múltipla	188
2.11. Crime material, crime formal e crime de mera conduta.....	188
2.12. Crime de dano e crime de perigo.....	190
2.13. Crime complexo.....	191
2.14. Crime mono-ofensivo e crime pluriofensivo	191
2.15. Crime vago	192
2.16. Crime funcional	192
2.17. Crime transeunte e crime não transeunte	192
2.18. Crime condicionado	193
2.19. Crime de atentado ou de empreendimento.....	193
2.20. Crime acessório, parasitário, derivado ou de fusão.....	193
2.21. Crime subsidiário	193
2.22. Crime de ímpeto	193

2.23. Crime de opinião ou de palavra	194
2.24. Crime remetido	194
2.25. Crime de hermenêutica ou de interpretação	194
2.26. Crimes de tendência interna transcendente (delitos de intenção)	194
2.27. Crimes de resultado cortado ou antecipado	194
2.28. Crimes mutilados de dois atos	195
2.29. Crimes de tendência intensificada (ou somente delitos de tendência)	195
2.30. Crimes de acumulação (crimes cumulativos)	195
2.31. Crimes de transgressão	196
2.32. Crime a distância ou de espaço máximo	196
2.33. Crime plurilocal	196
2.34. Crime em trânsito (ou em circulação)	196
2.35. Crime de trânsito (ou de circulação)	196
2.36. Crime no trânsito	196
2.37. Crime de alucinação	196
2.38. Crime de ensaio, delito de laboratório, crime putativo por obra do agente provocador	197
2.39. Crime de concurso (de participação ou concursal) e crimes em concurso	197
2.40. Crimes aberrantes	197
2.41. Crimes infamantes	197
2.42. Crime político	197
2.43. Crimes naturais, crimes meramente plásticos e crimes vazios	197
2.44. Delitos de esquecimento ou de olvidamento (crimes de olvido)	199
2.45. Delitos de comportamento	199
2.46. Delitos de obstáculo (crimes-obstáculo)	199
2.47. Crimes de ódio (hate crimes)	199
2.48. Crime de ecocídio	200
2.49. Crime de catálogo	200
2.50. Crimes cibernéticos	200
2.51. Crimes de desinformação	201
3. Sujeitos ativo e passivo	201
4. Objeto do crime	202
Capítulo II ► CONDOTA	203
1. Introdução	203
2. Conceito de conduta	204
3. Teorias da conduta	204
3.1. Teoria causal-naturalista – Concepção clássica (positivista-naturalista de Von Liszt e Beling)	204

3.2. Teoria causal-valorativa ou neokantista – Concepção neoclássica (normativista)	206
3.3. Teoria finalista – Concepção finalista (ôntico-fenomenológica)	207
3.4. Teoria social da ação	209
3.5. Orientações funcionalistas (teleológico-funcional e racional)	210
3.6. Teoria Significativa da ação	212
4. Características e elementos da conduta.....	213
5. Formas de conduta.....	214
6. Ausência de conduta	214
Capítulo III ► RESULTADO	217
1. Resultado naturalístico	217
2. Resultado normativo	218
3. Resultado previsto no art. 13, <i>caput</i> , do Código Penal.....	218
Capítulo IV ► NEXO DE CAUSALIDADE	219
1. Conceito E TEORIAS	219
2. Teoria da equivalência dos antecedentes causais	220
3. Limites ao regresso <i>ad infinitum</i> ou complemento à teoria <i>conditio sine qua non</i>	221
3.1. Análise de dolo ou culpa	222
3.2. Imputação objetiva (breve noção).....	223
3.3. Considerações finais acerca dos limites do nexo causal.....	223
4. Espécies de causas.....	224
4.1. Causas absolutamente independentes	224
4.1.1. Causa preexistente absolutamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>).....	224
4.1.2. Causa concomitante absolutamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>).....	224
4.1.3. Causa superveniente absolutamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>).....	224
4.2. Causas relativamente independentes.....	224
4.2.1. Causa preexistente relativamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>).....	225
4.2.2. Causa concomitante relativamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>).....	226
4.2.3. Causa superveniente relativamente independente que não causa, por si só, o resultado.....	227
4.2.4. Causa superveniente relativamente independente que causa, por si só, o resultado (art. 13, § 1º)	227
5. Crimes omissivos impróprios (comissivos por omissão)	230
5.1. Noção.....	230
5.2. Dever de agir	231

5.3. Elementos do tipo objetivo dos crimes omissivos impróprios	235
5.4. Colocações específicas.....	236
5.5. Crime omissivo por comissão.....	238
Capítulo V ► TIPICIDADE	241
1. Tipicidade formal (legal)	241
1.1. Conceito.....	241
1.2. Principais fases da tipicidade.....	241
1.3. Tipo penal	243
1.3.1. Elementos do tipo penal incriminador	243
1.3.2. Funções do tipo.....	245
1.4. Formas de adequação típica	245
2. Tipicidade material.....	246
3. Tipicidade conglobante.....	249
3.1. Concepção original de tipicidade conglobante	249
3.2. Nova concepção de tipicidade penal	253
4. Teoria da imputação objetiva	254
4.1. Considerações iniciais.....	254
4.2. Postulados segundo Roxin	257
4.2.1. Criação do risco juridicamente relevante não permitido	257
4.2.1.1. Noção	257
4.2.1.2. Exclusão da imputação.....	257
4.2.2. Realização do risco	259
4.2.2.1. Noção	259
4.2.2.2. Exclusão da imputação.....	259
4.2.3. Alcance do tipo.....	261
4.2.3.1. Noção	261
4.2.3.2. Exclusão da imputação.....	261
Capítulo VI ► TIPO DOLOSO	263
1. Definição de dolo	263
2. Teorias sobre o dolo	263
2.1. Teoria da vontade.....	263
2.2. Teoria do assentimento ou consentimento.....	264
2.3. Teoria da indiferença.....	264
2.4. Teorias da representação	264
3. Elementos do dolo	265
4. Espécies de dolo	265
4.1. Dolo direto e dolo indireto.....	265
4.2. Dolo genérico e dolo específico	271
4.3. Dolo normativo e dolo natural	272
4.4. Dolo geral (<i>dolus generalis</i>).....	272

5. Elementos subjetivos especiais.....	273
5.1. Conceito.....	274
5.2. Delitos de tendência interna transcendente (delitos de intenção)	274
5.2.1. Crimes de resultado cortado ou antecipado	275
5.2.2. Crimes mutilados ou atrofiados de dois atos	275
5.3. Delitos de tendência intensificada (ou somente delitos de tendência)	275
Capítulo VII ► TIPO CULPOSO.....	277
1. Conceito	277
2. Elementos do tipo culposos.....	278
2.1. Conduta voluntária	278
2.2. Inobservância do dever objetivo de cuidado (desvalor da ação).....	278
2.3. Previsibilidade.....	280
2.4. Resultado naturalístico involuntário.....	281
2.5. Nexo causal	281
2.6. Tipicidade	281
3. Modalidades de culpa.....	281
3.1. Imprudência	281
3.2. Negligência	282
3.3. Imperícia	282
4. Espécies de culpa	282
4.1. Culpa inconsciente e culpa consciente.....	282
4.2. Culpa própria e culpa imprópria.....	282
5. Compensação de culpas.....	283
6. Concorrência de crimes culposos	283
7. Diferença entre dolo e culpa	283
Capítulo VIII ► CRIME PRETERDOLOSO.....	287
1. Conceito	287
2. Crime qualificado pelo resultado.....	288
3. Tentativa e crime preterdoloso.....	289
Capítulo IX ► FASES DA REALIZAÇÃO DO DELITO	291
1. <i>Iter criminis</i>	291
2. Crime consumado	297
3. Tentativa.....	298
3.1. Conceito e natureza jurídica.....	298
3.2. Pena da tentativa.....	300
3.3. Classificação	302
3.3.1. Tentativa imperfeita e tentativa perfeita	302
3.3.2. Tentativa inculpa e tentativa culpa	303
3.3.3. Tentativa fracassada.....	304
3.4. Infrações que não admitem a tentativa.....	304
4. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	307

4.1. Introdução	307
4.2. Desistência voluntária	308
4.3. Arrependimento eficaz	309
4.4. Natureza jurídica	312
4.5. Requisitos	313
4.6. Tentativa qualificada	315
5. Arrependimento posterior	317
5.1. Definição legal e natureza jurídica	317
5.2. Requisitos	317
5.3. Causa de diminuição de pena (<i>quantum</i>)	321
5.4. Outras hipóteses de reparação do dano	322
6. Crime impossível	324
6.1. Introdução e natureza jurídica	324
6.2. Teorias	325
6.3. Ineficácia absoluta do meio de execução	326
6.4. Absoluta impropriedade do objeto material	328
6.5. Flagrante preparado ou provocado	329
6.6. Agente policial disfarçado	331

Capítulo X ► **ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)**..... 333

1. Introdução.....	333
1.1. Conceito.....	333
1.2. Ilicitude formal e ilicitude material	334
1.3. Causas legais de exclusão da ilicitude	334
1.4. Causas supralegais de exclusão da ilicitude	336
2. Estado de necessidade	337
2.1. Conceito legal.....	337
2.2. Requisitos	337
2.2.1. Perigo atual	337
2.2.2. Ameaça a direito próprio ou alheio	337
2.2.3. Situação de perigo não causada voluntariamente pelo sujeito	337
2.2.4. Inexistência de dever legal de enfrentar o perigo (§ 1º).....	338
2.2.5. Inevitabilidade da prática do fato lesivo (nem podia de outro modo evitar).....	338
2.2.6. Inexigibilidade de sacrifício do direito ameaçado (cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se)	338
2.2.7. Elemento subjetivo do tipo permissivo	339
2.3. Formas de estado de necessidade	340
2.4. Teorias	341
2.4.1. Teoria diferenciadora	341
2.4.2. Teoria unitária (adotada pelo CP).....	342
3. Legítima defesa.....	343
3.1. Requisitos	343

3.1.1.	Agressão	343
3.1.2.	Agressão injusta	343
3.1.3.	Agressão atual ou iminente	345
3.1.4.	Defesa de direito próprio ou alheio.....	345
3.1.5.	Repulsa com os “meios necessários”	347
3.1.6.	Uso moderado.....	347
3.1.7.	Elemento subjetivo do tipo permissivo	347
3.1.8.	Erro de execução na legítima defesa	347
3.2.	Excesso	348
3.2.1.	Excesso voluntário (excesso doloso)	348
3.2.2.	Excesso involuntário.....	349
3.2.3.	Excesso exculpante.....	349
3.2.4.	Excesso extensivo	349
3.2.5.	Excesso intensivo.....	350
3.3.	Outras formas de legítima defesa	351
3.3.1.	Legítima defesa sucessiva	351
3.3.2.	Legítima defesa putativa	351
3.3.3.	Legítima defesa subjetiva.....	352
3.4.	Questões específicas.....	353
3.5.	Legítima defesa no caso de agente de segurança pública.....	355
4.	Estrito cumprimento de dever legal	357
5.	Exercício regular de direito	359
6.	Situações específicas	360
6.1.	Intervenções médicas e cirúrgicas	360
6.2.	Violência esportiva	360
6.3.	Ofendículos.....	360
Capítulo XI ► CULPABILIDADE		363
1.	Introdução.....	363
2.	Evolução da culpabilidade (teorias)	364
2.1.	Teoria psicológica.....	364
2.2.	Teoria normativa ou psicológico-normativa	365
2.3.	Teoria normativa pura	365
2.4.	Modernas teorias da culpabilidade	368
3.	Imputabilidade	368
3.1.	Conceito.....	368
3.2.	Excludentes da imputabilidade (inimputabilidade)	370
3.2.1.	Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	370
3.2.2.	Menoridade	371
3.2.3.	Embriaguez completa acidental.....	371
3.3.	Causas não excludentes da imputabilidade	373
3.3.1.	Semi-imputabilidade	373

3.3.2. Emoção e paixão	374
3.3.3. Embriaguez não acidental (voluntária ou culposa).....	375
3.3.4. Embriaguez acidental incompleta	376
4. Potencial consciência da ilicitude	378
4.1. Conceito.....	378
4.2. Excludente da potencial consciência da ilicitude.....	379
4.3. Não excludente da potencial consciência da ilicitude	379
5. Exigibilidade de conduta diversa.....	380
5.1. Conceito.....	380
5.2. Coação moral irresistível	381
5.2.1. Requisitos	381
5.2.2. Efeitos	382
5.3. Obediência hierárquica.....	383
5.3.1. Requisitos	383
5.3.2. Efeitos	384
5.4. Causas supraleais de inexigibilidade de conduta diversa.....	385
5.4.1. Introdução	385
5.4.2. Cláusula de consciência	386
5.4.3. Desobediência civil.....	386
5.4.4. Conflito de deveres.....	386
6. Culpabilidade	387
7. Vulnerabilidade (culpabilidade pela vulnerabilidade).....	389
7.1. Criminalização primária e secundária. Da cifra oculta da criminalidade....	389
7.2. Seletividade e vulnerabilidade.....	389
7.3. Culpabilidade pela vulnerabilidade	390

Capítulo XII ► ERRO DE TIPO 393

1. Erro de tipo essencial	393
1.1. Conceito.....	393
1.2. Formas e efeitos	396
1.2.1. Erro de tipo inevitável, invencível ou escusável.....	396
1.2.2. Erro de tipo evitável, vencível ou inescusável.....	396
2. Descriminantes putativas por erro de tipo	397
2.1. Introdução	397
2.2. Erro sobre a situação de fato de uma discriminante.....	397
2.3. Formas e efeitos	398
2.3.1. Erro inevitável, invencível ou escusável.....	398
2.3.2. Erro evitável, vencível ou inescusável.....	399
2.4. Natureza jurídica (discussão doutrinária) do erro sobre os pressupostos fáticos.....	399
3. Erro provocado por terceiro.....	402
4. Erro de tipo acidental	403
4.1. Erro sobre a pessoa – <i>error in persona</i>	403

4.2. Erro sobre o objeto – <i>error in objecto</i>	404
4.3. Erro acerca do nexa causal (desvio do nexa causal)	405
4.4. Erro na execução – <i>aberratio ictus</i>	406
4.5. Resultado diverso do pretendido – <i>aberratio criminis ou delicti</i>	406
5. Erro de tipo e delito putativo	406
Capítulo XIII ► ERRO DE PROIBIÇÃO	409
1. Conceito	409
2. Formas e efeitos do erro de proibição	410
2.1. Erro de proibição inevitável, invencível ou escusável	410
2.2. Erro de proibição evitável, vencível ou inescusável	410
2.3. Erro de proibição grosseiro (crasso)	411
3. Erro de proibição direto	411
4. Erro de proibição indireto	413
5. Outras espécies de erro	415
5.1. Erro de compreensão	415
5.2. Erro culturalmente condicionado	415
5.3. Erro culturalmente condicionado e o índio	415
5.4. Erro de mandamento	416
5.5. Erro de subsunção	416
5.6. Erro de punibilidade	416
5.7. Erro de vigência	416
5.8. Erro de eficácia	416

Parte IV

CONCURSO DE PESSOAS

CAPÍTULO ÚNICO	419
1. Introdução	419
2. Requisitos do concurso de pessoas	420
2.1. Pluralidade de agentes e condutas	420
2.2. Relevância causal e jurídica de cada uma das condutas	421
2.3. Vínculo subjetivo entre os agentes	423
2.4. Identidade de infração penal	424
3. Teorias sobre o concurso de pessoas	425
3.1. Teoria monística, monista, unitária ou igualitária (<i>concursum plurium ad idem delictum</i>)	425
3.2. Teoria pluralista (teoria da cumplicidade-delito distinto ou da autonomia da concorrência)	426
3.3. Teoria dualística ou dualista	426
4. Autoria	427
4.1. Conceitos de autor	427
4.1.1. Conceito unitário de autor	427
4.1.2. Conceito extensivo de autor	428
4.1.3. Teoria subjetiva	428

4.1.4.	Conceito restritivo de autor.....	428
4.1.4.1.	Introdução	428
4.1.4.2.	Teoria objetivo-formal.....	429
4.1.4.3.	Teoria objetivo-material.....	430
4.1.5.	Teoria do domínio do fato	430
4.1.5.1.	Histórico.....	430
4.1.5.2.	Autor	430
4.1.5.3.	Teoria do domínio do fato na jurisprudência e doutrina brasileiras.....	434
4.2.	Autoria imediata	437
4.3.	Autoria mediata	437
4.3.1.	Noção.....	437
4.3.2.	Situações de autoria mediata	438
4.3.3.	Situações peculiares.....	440
4.3.3.1.	Crime próprio e autoria mediata	440
4.3.3.2.	Crime de mão própria e autoria mediata	440
4.3.3.3.	Crime culposos e autoria mediata	441
4.3.3.4.	Coação física irresistível e autoria mediata	441
4.4.	Autoria de escritório ou aparatos organizados de poder (teoria do domí- nio da organização).....	441
4.4.1.	Noção	441
4.4.2.	Fundamentos do domínio da organização	442
4.4.3.	Modelos de aparatos de poder	443
4.5.	Autoria de determinação.....	444
4.6.	Autoria colateral	444
4.7.	Autoria incerta ou autoria colateral incerta.....	445
4.8.	Autoria ignorada	445
4.9.	Autoria acessória (secundária) ou autoria colateral complementar	445
4.10.	Autoria de reserva	446
4.11.	Coautoria sucessiva	446
4.12.	Autoria sucessiva	446
4.13.	Coautoria alternativa	446
4.14.	Atuação em nome de outrem.....	447
4.15.	Autoria por convicção	447
4.16.	Autoria intelectual.....	447
5.	Participação	448
5.1.	Introdução	448
5.2.	Formas (induzimento, instigação e auxílio).....	448
5.3.	Natureza jurídica da participação	449
5.4.	Participação de menor importância	451
5.5.	Participação por omissão	452

5.6. Participação criminal mediante ações neutras	453
5.7. Participação de participação (participação em cadeia ou participação mediata).....	453
5.8. Participação sucessiva e “alias facturus”.....	453
5.9. Participação negativa (conivência).....	454
5.10. Participação em ação alheia.....	454
6. Cooperação dolosamente distinta	454
7. Comunicabilidade de elementares e circunstâncias	457
7.1. Elementares e circunstâncias	457
7.2. Natureza das elementares e circunstâncias.....	457
7.3. Da (in)comunicabilidade das elementares e circunstâncias.....	458
8. Casos de impunibilidade	459
8.1. Não execução do crime	459
8.2. Desistência voluntária ou arrependimento eficaz do autor.....	460
9. Questões complementares.....	460
9.1. Concurso de pessoas em crime omissivo próprio (puro).....	460
9.2. Concurso de pessoas em crime omissivo impróprio.....	461
9.3. Concurso de pessoas em crime culposos.....	462
9.4. Autoria colateral em crimes culposos	463
9.5. Concurso de pessoas em crimes próprios e de mão própria	463
9.6. Agravantes no caso de concurso de pessoas	465
9.7. Concurso de pessoas e infanticídio.....	465

Parte V

SANÇÃO PENAL

Capítulo I ► INTRODUÇÃO.....	469
1. Conceito	469
2. Finalidades da pena.....	470
2.1. Teorias absolutas (retributivas).....	470
2.2. Teorias relativas (preventivas ou utilitárias)	470
2.2.1. Prevenção geral (negativa e positiva).....	470
2.2.2. Prevenção Especial (positiva e negativa).....	471
2.3. Teorias unificadoras, unitárias, ecléticas ou mistas.....	471
3. Princípios fundamentais	473
3.1. Princípio da legalidade estrita ou da reserva legal	473
3.2. Princípio da anterioridade da lei.....	473
3.3. Princípio da aplicação da lei mais favorável	473
3.4. Princípio da individualização da pena	473
3.5. Princípio da humanidade.....	474
3.6. Princípio da pessoalidade, personalidade ou intranscendência da pena	475
3.7. Princípio da suficiência da pena	476
3.8. Princípio da proporcionalidade da pena.....	476

3.9. Princípio da necessidade concreta de pena e princípio da irrelevância penal do fato	476
4. Classificação das penas.....	478

Capítulo II ► **PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE** 479

1. Espécies	479
2. Regimes de cumprimento da pena.....	480
2.1. Espécies de regime	480
2.2. Regime disciplinar diferenciado	481
2.2.1. Características	481
2.2.2. Hipóteses de cabimento.....	482
2.2.3. Isolamento preventivo	483
2.2.4. Legitimidade do pedido e competência para aplicação.....	483
2.2.5. (In)constitucionalidade do RDD	483
2.3. Fixação do regime inicial	484
2.4. Regime inicial na legislação especial.....	491
2.4.1. Crimes hediondos e equiparados.....	491
2.4.2. Organização Criminosa	492
2.5. Direito de cumprir a pena no estabelecimento penal adequado	493
2.6. Estabelecimento penal federal de segurança máxima	495
3. Progressão de regime	496
3.1. Regra geral	497
3.2. Legislação especial.....	501
3.2.1. Crime hediondo.....	501
3.2.2. Organização criminosa.....	505
3.3. Progressão especial.....	506
3.4. Falta grave e progressão	507
3.5. Regressão.....	510
3.6. Nova condenação e progressão	511
4. Regras dos regimes	511
4.1. Regras do regime fechado (CP, art. 34)	511
4.2. Regras do regime semiaberto (CP, art. 35).....	511
4.3. Regras do regime aberto (CP, art. 36)	514
4.4. Regime especial para mulher (CP, art. 37)	515
4.5. Direitos do preso	516
4.6. Trabalho do preso.....	517
4.7. Superveniência de doença mental.....	517
5. Remição	518
5.1. Conceito e regras gerais.....	518
5.2. Regime aberto, livramento condicional e preso provisório	525
5.3. Competência	525

5.4. Remição e falta grave	525
6. Detração.....	526
6.1. Regra geral.....	526
6.2. Detração paralela e princípio da conta corrente	526
6.3. Penas restritivas de direito ou de multa e detração	527
6.4. Detração e prescrição.....	527
6.5. Detração e medidas socioeducativas.....	528
6.6. Liberdade provisória, medidas cautelares e detração	528
6.7. Detração e regime inicial.....	529
Capítulo III ► APLICAÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....	533
1. Pena-base (1ª fase).....	534
1.1. Regras gerais das circunstâncias judiciais.....	535
1.2. Circunstâncias judiciais	539
1.2.1. Culpabilidade.....	539
1.2.2. Antecedentes	542
1.2.3. Conduta social	549
1.2.4. Personalidade.....	551
1.2.5. Motivos	552
1.2.6. Circunstâncias do crime	552
1.2.7. Consequências do crime	553
1.2.8. Comportamento da vítima	555
2. Circunstâncias atenuantes e agravantes (2ª fase).....	556
2.1. Introdução	556
2.2. Concurso de agravantes e atenuantes.....	558
2.3. Circunstâncias agravantes.....	559
2.3.1. Rol do art. 61 do Código Penal	559
2.3.2. Agravantes no concurso de pessoas	565
2.3.3. Questões pontuais.....	566
2.3.4. Reincidência.....	568
2.3.4.1. Conceito.....	568
2.3.4.2. Espécies.....	569
2.3.4.3. Efeitos da reincidência.....	569
2.3.4.4. Sistema da temporariedade	570
2.3.4.5. Reincidência do Código Penal e da Lei das Contravenções Penais	573
2.3.4.6. Questões pontuais.....	574
2.4. Circunstâncias atenuantes	581
2.4.1. Rol das atenuantes (art. 65 do CP)	581
2.4.2. Atenuante inominada (art. 66 do CP).....	590
3. Causas de aumento e de diminuição (3ª fase).....	591

Capítulo IV ► PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	597
1. Introdução.....	597
1.1. Espécies.....	597
1.2. Natureza jurídica	598
1.3. Classificação	599
1.4. Duração	599
1.5. Penas restritivas de direitos e suspensão dos direitos políticos	599
2. Regras para a aplicação	600
2.1. Requisitos para a substituição.....	600
2.2. Questões pontuais.....	602
2.3. Formas ou critérios de aplicação	606
3. Conversão (art. 44, § § 4º e 5º).....	608
3.1. Descumprimento injustificado da restrição imposta	608
3.2. Nova condenação.....	608
3.3. Questões pontuais.....	609
4. Penas restritivas de direitos em espécie	609
4.1. Prestação pecuniária (art. 45, § 1º)	609
4.2. Perda de bens e valores (art. 45, § 3º)	611
4.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (art. 46)....	611
4.4. Interdição temporária de direitos (CP, art. 47)	612
4.5. Limitação de fim de semana (art. 48)	613
Capítulo V ► PENA DE MULTA.....	615
1. Conceito	615
2. Cominação	616
3. Cumulação de multas	616
4. Legitimidade ativa da execução da multa	616
5. Conversão da multa em detenção.....	618
6. Fases da fixação da pena de multa	619
7. extinção da punibilidade.....	621
Capítulo VI ► CONCURSO DE CRIMES	623
1. Conceito	623
2. Sistemas de aplicação da pena	623
3. Concurso material (ou real)	624
3.1. Conceito.....	624
3.2. Espécies.....	625
3.3. Aplicação das penas	625
4. Concurso formal (ou ideal)	626
4.1. Conceito.....	626
4.2. Concurso formal perfeito ou próprio	626
4.2.1. Conceito	626

4.2.2. Aplicação das penas.....	628
4.2.3. Concurso material benéfico	630
4.3. Concurso formal imperfeito ou impróprio	631
4.3.1. Conceito	631
4.3.2. Aplicação das penas.....	635
5. Crime continuado	637
5.1. Conceito.....	637
5.2. Requisitos	637
5.3. Teorias	640
5.3.1. Teoria puramente objetiva.....	640
5.3.2. Teoria objetivo-subjetiva ou mista.....	640
5.4. Natureza jurídica	642
5.5. Espécies.....	642
5.6. Aplicação das penas (regra geral)	643
5.7. Aplicação das penas (questões pontuais)	646
6. Pontos relevantes sobre o concurso de crimes	647
7. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	650
7.1. Conceito.....	650
7.2. Espécies.....	650
8. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>delicti</i>).....	654
9. Limites das penas privativas de liberdade	655
9.1. Tempo máximo de cumprimento	655
9.2. Nova condenação.....	655
9.3. Regra sobre os benefícios	657
Capítulo VII ► SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	659
1. Introdução.....	659
2. Sistemas	660
2.1. Sistema franco-belga (europeu continental).....	660
2.2. Sistema anglo-americano (<i>probation system</i>).....	660
2.3. Sistema do <i>probation of first offenders act</i>	660
3. Requisitos.....	660
3.1. Requisitos objetivos	660
3.2. Requisitos subjetivos	661
4. Espécies	661
5. Condições.....	662
6. Período de prova	662
7. Revogação.....	663
7.1. Revogação obrigatória (art. 81, I a III).....	663
7.2. Revogação facultativa (art. 81, § 1º)	664

8. Cassação	664
9. Prorrogação do período de prova.....	664
10. Extinção da pena	665
11. Questões específicas	666
Capítulo VIII ► LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	669
1. Conceito	669
2. Requisitos.....	669
2.1. Requisitos objetivos	669
2.2. Requisitos subjetivos	671
3. Procedimento.....	675
4. Condições.....	675
5. Revogação e seus efeitos.....	676
5.1. Revogação obrigatória	676
5.2. Revogação facultativa	677
6. Prorrogação / suspensão / EXTINÇÃO	678
7. Quadro para fixação.....	679
Capítulo IX ► EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	681
1. Efeitos principais	681
2. Efeitos secundários.....	681
2.1. Efeitos secundários de natureza penal.....	681
2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal	682
2.2.1. Genéricos (aplicação automática).....	682
2.2.2. Confisco alargado (CP, art. 91-A)	685
2.2.3. Específicos (CP, art. 92).....	687
2.3. Suspensão dos direitos políticos.....	693
2.4. Outros efeitos secundários de natureza extrapenal.....	695
Capítulo X ► REABILITAÇÃO	699
1. Finalidade	699
2. Requisitos (CP, art. 94) e processamento.....	699
Capítulo XI ► MEDIDAS DE SEGURANÇA	703
1. Introdução.....	703
2. Espécies de medidas de segurança	703
3. Imposição da medida de segurança.....	705
3.1. Inimputável (art. 26, caput).....	705
3.2. Semi-imputável (art. 26, parágrafo único)	706
3.3. Superveniência de doença mental.....	707
4. Período da medida de segurança (CP, art. 97).....	707
4.1. Prazo mínimo	707
4.2. Prazo máximo.....	708
4.3. Desinternação ou liberação.....	709

Parte VI

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

Capítulo I ► CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE.....	715
1. Introdução.....	715
2. Morte do agente.....	717
3. Anistia	718
4. Graça e indulto	719
5. <i>Abolitio criminis</i>	723
6. Decadência.....	724
7. Perempção.....	725
8. Renúncia	725
9. Perdão aceito ou perdão do ofendido.....	726
10. Retratação.....	727
11. Perdão judicial.....	728
 Capítulo II ► PRESCRIÇÃO.....	 731
1. Introdução.....	731
1.1. Conceito.....	731
1.2. Fundamentos.....	731
1.3. Natureza jurídica	731
1.4. Imprescritibilidade	731
1.4.1. Hipóteses constitucionais.....	731
1.4.2. Tortura	732
2. Espécies de prescrição.....	733
3. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita.....	734
3.1. Sistemática	734
3.2. Regras para o cálculo do prazo prescricional	736
3.3. Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final.....	738
3.4. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	742
3.4.1. Recebimento da denúncia ou da queixa	742
3.4.1.1. Disposições gerais.....	742
3.4.1.2. Recebimento da denúncia nos termos da Lei 11.719/08 ...	743
3.4.1.3. Recebimento do aditamento à denúncia	744
3.4.1.4. Denúncia anulada e o seu recebimento.....	746
3.4.2. Pronúncia	747
3.4.3. Decisão confirmatória da pronúncia.....	747
3.4.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis	748
3.4.4.1. Data da publicação.....	748
3.4.4.2. Sentença que aplica medida de segurança.....	749
3.4.4.3. Acórdão que confirma a sentença condenatória	749

3.4.4.4. Nulidade da sentença condenatória.....	750
3.5. Comunicabilidade das causas interruptivas.....	751
3.6. Causas suspensivas da prescrição da pretensão punitiva.....	752
3.7. Prescrição do crime pressuposto.....	755
4. Prescrição superveniente ou intercorrente ou subsequente (espécie de PPP) ..	756
5. Prescrição retroativa (espécie de PPP).....	757
6. Prescrição da pretensão executória (PPE).....	761
6.1. Introdução.....	761
6.2. Termo inicial e causas interruptivas da prescrição da pretensão executória	762
6.3. Reincidência como causa interruptiva.....	768
6.4. Causa suspensiva da prescrição da pretensão executória	769
7. Redução dos prazos prescricionais	769
8. Prescrição da medida de segurança e da medida socioeducativa	772
9. Prescrição antecipada	774
10. Prescrição: penas restritivas e pena de multa.....	776
BIBLIOGRAFIA.....	779